



SINOPSE DOU SEÇÃO 1



Nº 13.832, de 4 de junho de 2019, que “Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para viabilizar a aplicação de recursos do Fundo em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como a instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS)”.

Origem: PLV 3/2019 (MPV 859/2018 do Poder Executivo) – Foco: Limitação até 2022 da destinação de recursos do FGTS para Santas Casas.

Atos do Poder Legislativo

Leis

Nº 13.833, de 4 de junho de 2019, que “Dispõe sobre a transferência, da União para o Distrito Federal, da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal; e altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins”, **com vetos (vide Mensagem nº 228, de 4 de junho de 2019)**.

Origem: PLV 5/2019 (MPV 861/2018 do Poder Executivo) – Foco: Transferência da União para o Distrito Federal da Junta Comercial do Distrito Federal.

Nº 13.838, de 4 de junho de 2019, que “Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispensar a anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóvel rural”.

Origem: PLC 120/2017 (PL 7790/2014 do deputado Irajá Abreu – PSD/TO).

Atos do Congresso Nacional

Atos Declaratórios do Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Nº 35, de 2019, informando que a MPV 867, de 26 de dezembro de 2018, que “Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental”, teve seu **prazo de vigência encerrado** no dia 3 de junho do corrente ano.

Foco da MPV: Prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.

Nº 36, de 2019, informando que a MPV 868, de 27 de dezembro de 2018, que “Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade



exclusiva de financiar serviços técnicos especializados", teve seu **prazo de vigência encerrado** no dia 3 de junho do corrente ano.
Foco da MPV: Reforma do marco legal de saneamento básico.

Atos do Poder Executivo

Nº 9.821, de 4 de junho de 2019, que "Regulamenta a Lei nº 13.833, de 4 de junho de 2019, que dispõe sobre a transferência, da União para o Distrito Federal, da Junta Comercial do Distrito Federal e das atividades de registro público de empresas mercantis e atividades afins no Distrito Federal".

Decretos **Nº 9.824, de 4 de junho de 2019**, que "Declara de interesse social a atividade em salina, destinada à produção e ao beneficiamento de sal marinho, nos Municípios de Mossoró, Macau, Areia Branca, Galinhos, Grossos, Porto do Mangue, Pendências e Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte".

Presidência da República

Despacho do Presidente da República

Mensagem

Nº 226, de 4 de junho de 2019: "Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que 'Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Gabinete da Ministra

Instrução Normativa

Nº 15, de 4 de junho de 2019, alterando a IN 46/2018 que estabelece o Regulamento Técnico para Exportação de Bovinos, Bubalinos, Ovinos e Caprinos Vivos, destinados ao Abate ou à Reprodução.

Portaria

Nº 111, de 4 de junho de 2019, aprovando o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas - PNDP.

Ministério da Economia

Gabinete do Ministro

Portaria

Nº 263, de 3 de maio de 2019, que "Delega ao Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia a competência para a prática dos atos que menciona" (Delegando competência para aprovar os orçamentos gerais dos Senai, Sescop e Sebrae, dentre outros).
